

INTRODUÇÃO

*André Leite Araújo
Bárbara Carvalho Neves*

Na terceira edição do Cadernos de Regionalismo, o Observatório de Regionalismo (ODR) faz um balanço dos fenômenos regionais ao longo de 2019. Como um todo, este ano parece ter tensionado o regionalismo e as instituições regionais do mundo todo. Marcado pelo desmantelamento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a ampliação da fragmentação da América Latina com a criação do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL), pelo tensionamento da União Europeia frente à demanda de se concretizar a saída do Reino Unido após a votação do Brexit, assim como pelos inúmeros protestos nacionais e levantes sociais, os diferentes processos regionais do mundo se encontram em uma encruzilhada.

A instabilidade das relações de cooperação e integração em suas diferentes configurações parecem estar sofrendo uma crise de expectativas, em um espaço de mudança política dos atores e preponderância de interesses que já não mais convergem nos espaços multilaterais antes existentes. Apesar de ser uma agenda de pesquisa a ser aprofundada, os estudos feitos até agora percebem a crise do regionalismo como um reflexo das conjunturas nacionais. Nestas, a insatisfação com a situação político-econômica e o aumento dos sentimentos nacionalistas vêm pressionando por mudanças, mas de modo ainda incerto. Novamente, há crise de expectativas em relação aos resultados do sistema vigente, tanto no âmbito doméstico, quanto no internacional.

Neste sentido, um dos aspectos mais afetados durante as instabilidades que movimentaram o ano de 2019 foi a democracia. Variável de suma importância para o desenvolvimento nacional e para o cumprimento dos direitos da população, ela também encontra eco no plano internacional. Seja para a garantia da inclusão e de um espaço de

diálogo com aqueles que são afetados pelo processo regional, assim como do próprio cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados diante de seu entorno regional, o tensionamento da democracia se coloca como um problema crítico ao futuro do próprio regionalismo.

Em um cenário cujo descrédito no multilateralismo se amplia, o ODR busca unir diferentes visões sobre as inúmeras temáticas que circundam o debate do regionalismo, principalmente no intento de compreender os possíveis impactos de curto prazo que os adventos do ano de 2019 podem representar diante das instituições regionais existentes. Ao compilar as principais discussões que perpassaram os estudos dos pesquisadores do ODR, iniciamos esse dossiê com o texto de Neves, que conduz uma reflexão teórico metodológica sobre a importância dos atores que lideram os processos regionais, assim como a influência dos interesses presentes para o desenvolvimento de instituições e para o avanço do próprio espaço estimulado.

Em seguida, Telarolli apresenta uma avaliação da questão ambiental diante da ausência de medidas de prevenção institucionais do Mercado Comum do Sul (Mercosul) após os seguidos desastres ambientais no Brasil, desde 2015 com o rompimento da barragem de rejeitos em Mariana (Minas Gerais), e em 2019 a repetição da tragédia em Brumadinho, no mesmo estado brasileiro.

Em seguida teremos vários debates sobre a crise e a estagnação dos mecanismos regionais sul-americanos. Além da problemática da democracia, o Mercosul, analisado por Motta, apresenta um lapso na inclusão da sociedade nos seus debates e decisões institucionais, o que deslegitima ainda mais o alcance desse projeto aos seus países membros. Junqueira busca entender o novo momento regional com a criação do Prosul e a retomada do regionalismo aberto. Por sua vez, Araujo procura a relação entre comércio exterior e mecanismos regionais no período recente da Venezuela. A ausência de uma mediação e ação efetiva dos mecanismos regionais existentes para solucionar as tensões intensas, caracteriza um espaço de abertura às influências extra-regionais até então desestimulada, tornando o processo regional e os países latino-americanos mais vulneráveis às pressões internacionais.

Além da América do Sul, trazemos para o debate as perspectivas de outras regiões em seus êxitos e dificuldades no regionalismo. Naddi especifica a assimetria entre membros de um mesmo arranjo regional, tomando Estados Unidos e México como estudo de caso.

Salgado retoma a conjuntura venezuelana e as possíveis consequências de uma invocação do TIAR. Em sequência, Ferreira busca sistematizar os aprendizados para os processos de integração regional da atual crise do regionalismo.

Concentrando-se nas condicionantes domésticas, três artigos analisam o impacto do nacional no regional. Souza se volta para a política externa do novo governo brasileiro, na marca simbólica de 100 dias da administração. Romero igualmente se debruça sobre um novo mandatário, Boris Johnson, e os possíveis cenários da negociação pela saída da União Europeia. Já Siqueira vê a continuidade do governo de Narendra Modi e a situação regional na qual a Índia se insere.

Em contrapartida às conjunturas críticas apresentadas até aqui, Ribeiro traz um debate mais positivo através das promessas no marco da União Africana. Mengana retoma o tópico inicial desta introdução ao pesquisar o estado atual da CELAC. Os cenários nacionais implicaram em uma notável alteração no funcionamento desta organização. No nível inter-regional, Gazzola foca na inconclusão das negociações entre Mercosul e União Europeia, que se prolongam há cerca de 20 anos. Igualmente, Loss e Ferreira observam a interação entre o Grupo de Visegrado, a União Europeia, ambos os blocos no mesmo continente, mas com funcionamentos distintos, assim como sobre o relacionamento entre a Alemanha e o Grupo. Já Costa enfatiza a recente falta de atividade dos organismos regionais sul-americanos, mesmo diante de uma série de episódios nos quais os blocos poderiam atuar.

Frente ao exposto, com um viés qualitativo, são vários os fatores, condições e variáveis que corroboram à compreensão de cada caso aqui exposto, seja para entender sua crise e estagnação, assim como para compreender as decisões tomadas e os possíveis ganhos do processo cooperativista. O ponto comum é o destaque dado ao papel que as instituições regionais podem jogar diante de um cenário de deslegitimação desses espaços.

André Leite Araújo

É Doutorando em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Bolonha, Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP. É pesquisador do Observatório de Regionalismo, da Rede de Pesquisa em Política Externa e

Regionalismo e do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais. Seus estudos enfatizam a Política Externa Brasileira e o regionalismo da América Latina nos séculos XX e XXI, com ênfase nas pesquisas sobre Legislativos nacionais e Mercosul.

Bárbara Carvalho Neves

Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais - San Tiago Dantas. Graduada em Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, Campus de Franca. Realizou intercambio acadêmico com bolsa Santander Universidades no Instituto Politécnico Nacional, México (2015). Colaboradora do Laboratório de Novas Tecnologias de Pesquisa em Relações Internacionais (LANTRI), do Grupo Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e do Grupo de Reflexión sobre Desarrollo y Integración en América Latina y Europa (GRIDALE). Áreas de Interesse: Política Externa Brasileira, Regionalismo Sul-Americano, Instituições Regionais, Integração em Infraestrutura, IIRSA e COSIPLAN.